



MAURÍLIO PENNA GROBA

*Em 2003 era servidor aposentado da Câmara dos Deputados.
Entre outras atividades na Casa, exerceu
o cargo de Consultor Legislativo*

ENTREVISTADORES:

Glória Varela e Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho

LOCAL:

Brasília

DATA:

18/09/2003

DURAÇÃO:

46 minutos

TÓPICOS:

o processo seletivo: concurso; a vinda para Brasília; a infra-estrutura de Brasília e da Câmara; os relacionamentos interpessoais e os deputados; a vida na Câmara; o projeto que elaborou sobre “técnica de consolidação de leis”; as Constituições de 1967 e 1988 e a redemocratização; os trabalhos na Assessoria; o Clube do Congresso; os concursos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Pedimos sempre aos entrevistados que digam seu nome completo, comecem contando quando começaram a trabalhar na Câmara e em que circunstância.

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Meu nome é Maurílio Penna Groba. Sou funcionário concursado da Câmara dos Deputados desde 8 de fevereiro de 1957. Fui aprovado em concurso público realizado no ano de 1956, ainda no Rio de Janeiro.

No Rio eu trabalhei até a minha vinda para Brasília, que se deu no dia 8 de maio de 1960, quando fui compulsoriamente transferido para cá. Tenho muitas saudades do Palácio Tiradentes. Eu era recém-ingresso na Câmara. Lá, a Câmara vivia em permanente estado de ebulição, porque ficava no centro da cidade, na Praça XV. Comecei trabalhando na Segurança, depois fui para a Mecanografia, depois passei um tempo na Comissão de Orçamento, e acabei desaguando, no Rio, na UDN, onde fui secretariar o deputado João Agripino.

Naquela época, o Lacerda pontificava na Câmara como o grande orador – o grande polemista da tribuna. Ele tinha umas coisas notáveis. Quando ia falar, as galerias ficavam, como dizia o Nelson Rodrigues, com gente pendurada nos lustres para ouvi-lo. Ele era um polemista espetacular, tão grande orador sob esse aspecto, que até baianos, que são muito bairristas, e com razão, e dizem ser Ruy Barbosa um dos maiores oradores deste país, admitem, como o eminente deputado baiano Rui Santos – ele e um outro baiano cujo nome não recordo – que Lacerda foi o maior orador que existiu na Câmara., Ele tinha uma presença de espírito na tribuna incomparável.

Durante a administração do Juscelino, um dos líderes do governo era o Último de Carvalho, de Minas Gerais. O Carlos Lacerda era da oposição. Em certa ocasião, quando este estava falando, o Último de Carvalho se exasperou, quis discutir. Pediu a palavra pela ordem e falou, falou, falou. No final do discurso, ele dirigiu-se a Carlos Lacerda: “Pois é, V.Exa. é um purgante, um verdadeiro purgante nessa tribuna.” Não teve outra. Quando o Lacerda retomou a palavra, a primeira coisa que disse foi: “Olhem, depois de ouvir o resultado do meu purgante, vou continuar o meu discurso.” E vieram abaixo as galerias. Havia umas coisas muito interessantes no Rio.

Logo que viemos para Brasília, tudo era muito difícil. A comunicação com outras cidades era ruim. O sistema de telefonia era ruim, a gente tinha de chamar a telefonista e ficar horas esperando, e ainda tinha de berrar no telefone. Vou contar uma coisa engraçada: um dia, estavam conversando na UDN o Aducto Lúcio Cardoso e o Pedro Aleixo. O Ernani Sátiro, num telefone próximo, falava com a sua Paraíba. Ele tinha um vozeirão: “Amigo Hélio...” Aí o Aducto vira

para o Pedro e diz: “Pedro, para que o telefone?” (risos) Depois eles foram confessar o que haviam feito: “Ernani, acabamos de fazer uma gozação com você.” E todos caíram na gargalhada. Era interessante. (risos)

Eu me lembro de outra passagem muito engraçada. O Nelson Carneiro deu um tiro no Souto Maior, que era o pai do Piquet. Aí, um deputado, cujo nome eu não me lembro, disse o seguinte: “Olha, esse episódio demonstrou uma coisa: que nem o Nelson é ‘Carneiro’ e nem o Souto é o ‘Maior.’” (risos) A marca da bala ficou durante muitos anos na parede, na descida da escada que leva ao salão de entrada, até o dia em que resolveram pintar.

A Câmara tinha coisas notáveis. Notável também no período em que eu entrei na Câmara era o respeito que a maioria dos deputados prestava a certos deputados, como o Raul Pilla, o Pedro Aleixo, o Milton Campos, o Santiago Dantas. Eles não diziam “deputado tal”, diziam “professor”, “doutor”. Nunca vi um deputado dirigir-se, a não ser na tribuna, a Pedro Aleixo como “deputado”. Era sempre “Doutor” Pedro Aleixo, “Doutor” Milton Campos – era engraçado. Havia uma esfera de compreensão da altitude moral dessa gente. Eles compreendiam e aceitavam aquilo. E não eram eles que queriam tratamento especial. Era-lhes dado esse tratamento por justo merecimento, pelo seu porte, pela sua maneira elegante de falar, de debater os problemas da Casa.

Foi essa a Câmara que eu conheci, e tenho saudades dela, confesso. Desse tempo todo que vivi aqui.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor mencionou que no Rio de Janeiro as galerias viviam lotadas. Como é que foi encarar a galeria vazia aqui em Brasília?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Foi uma coisa triste, porque a Câmara perdeu aquela vida que tinha, aquele burburinho, o público interessado nos debates, nas votações. Quando se votava o Orçamento, as galerias ficavam cheias – e especialmente cheias quando o Lacerda falava – isso é fato. Então eu senti um vazio.

No início foi difícil trabalhar. Os deputados não tinham comunicação para fora, não tinham nem condução. Acho que nenhum deles tinha carro em Brasília, porque só passavam dois dias aqui e voltavam, pagando do seu bolso as passagens de avião. (risos) Era um pouco difícil.

Eu tinha uma lambreta naquela época. Nem pude comprar carro. Quando eu vim para Brasília, comprei uma lambreta porque eu não tinha condições de comprar carro. Até hoje é difícil morar em Brasília sem ter condução própria. Eu vivia de lambreta para baixo e para cima, para baixo e para cima. Lembro-me de que o Pedro Aleixo, quando foi à Europa, penalizado da minha situação

de lambretista, trouxe uma capa de chuva da Espanha e me deu de presente, para que eu não tomasse muita chuva andando de lambreta. (risos) Carreguei muito deputado, quando trabalhávamos na Comissão de Orçamento, e saíamos daqui de madrugada na época da votação do Orçamento. A gente varava a noite, saía às 4 horas da manhã, 5 horas. Eu saía daqui de madrugada, carregando deputado na garupa da lambreta. Assim era a Câmara daquela época. Tomando chuva e poeira por aí afora.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra quando foi que as galerias começaram a se animar um pouquinho?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Isso só se deu agora, com a redemocratização, depois de 1988; antes, era uma lástima, ninguém vinha.

Eu trabalhei com o Pedro Aleixo durante mais de dez anos: fui seu secretário, fui seu chefe de Gabinete, quando assumiu a Vice-Presidência da República e impedido de assumir a Presidência. Nesse período, é interessante anotar que, depois de João Goulart, Pedro Aleixo foi o único presidente do Congresso que existiu, cargo expressamente declarado na Constituição. O que existe hoje é o presidente do Senado, que preside as reuniões conjuntas do Congresso. Todo mundo fala em presidente do Congresso, mas juridicamente não existe essa figura. Pedro Aleixo foi o último presidente do Congresso Nacional. Na condição de funcionário da Casa, fui destacado para trabalhar como chefe de Gabinete dele.

Ele assumiu a Vice-Presidência em 15 de março de 1967 e deixou-a em 14 de outubro de 1969. No final do ano de 1968, queriam alterar a Constituição outorgada de 1967, para inserir as modificações do Ato Institucional. O presidente Costa e Silva pediu ao Pedro Aleixo que analisasse as propostas de alteração da Constituição que chegavam ao Palácio do Planalto. Eu trabalhei com o Dr. Pedro Aleixo na casa dele. Lá era onde ele examinava as propostas: ele me mostrava os papéis, a gente lia. As propostas tinham endereço certo: queriam atingir José, Manoel, Joaquim. Não havia um ideário político na maioria delas; a vontade era aniquilar o adversário, o inimigo. Era uma coisa incrível. Eu virava para o Dr. Pedro e dizia: “Dr. Pedro, com o seu passado de democrata, como é que o senhor suporta esse trabalho?” E ele me respondia: “Olha, Maurílio, eu faço isso porque, se eu não estivesse aqui, talvez fosse pior ainda.” Foi sua posição de refugar sugestões dessa natureza que vinham para serem inseridas na Constituição e, depois, sua manifestação contra o AI-5, que lhe custaram a sucessão do Costa e Silva. Esta é que é a grande verdade. Um homem da honestidade dele, da simplicidade dele, não assumir a Presidência da República? O que é que tinham contra ele? Ele era um democrata, tratava

bem a gregos e troianos, tinha amizade em todos os setores da esquerda e da direita. Acho que isso incomodava. Talvez até a sua honestidade incomodasse. Era um homem simples. Pedro Aleixo era vice-presidente da República, tinha direito a residência oficial, mas preferiu continuar em seu apartamento na 105 sul. Era lá que ele morava. Muitas vezes viajou comigo para Belo Horizonte de carro, para não usar o avião presidencial. Era muito dedicado à política, na sua mais alta expressão.

Estou falando mais sobre ele porque foi um deputado. Foi da Câmara, já em 1937, dos deputados mais novos, eleito em 1934. Em 1937 houve o golpe de Estado e ele foi alijado da Câmara, só voltando em 1959, no Rio, como deputado da UDN. Foi lá que eu o conheci, mas só aqui comecei a trabalhar com ele. Fiquei com ele até o fim da sua existência, 1975. Era uma personalidade notável.

Uma vez os deputados votaram um aumento de subsídio para a mesma Legislatura, embora a Constituição determinasse que isso só poderia ser feito para a Legislatura seguinte. Ele me mandava devolver todo mês a diferença, não queria. Quando foi impedido de exercer a Presidência da República, em substituição ao Costa e Silva, o Dr. Pedro Aleixo mandou devolver ao ministro Delfim Netto o valor do subsídio do mês em que foi extinto o cargo de vice-presidente da República. Ele fez uma carta para o Delfim – uma carta que eu mesmo fui levar, e deu-me o cheque da devolução que fui depositar no Banco do Brasil. Ele fez para o Delfim Netto uma carta “daquelas” apropriadas para o momento e para a circunstância. O Pedro Aleixo tinha muito respeito pela coisa pública. Talvez ele e Milton Campos fossem as figuras exponenciais desta Casa.

Quando Pedro Aleixo [correção: quando Milton Campos] não quis mais se candidatar, apontaram-lhe o Supremo como destino final. Amigos achavam que ele deveria assumir uma cadeira no Supremo. Um jornalista perguntou-lhe: “O senhor não sente, depois de ser ministro da Justiça, não ser convidado para assumir o Supremo? O que é que o senhor sente?” Ele disse: “Eu não sinto nada. Eu estaria mais preocupado se não tivesse méritos e fosse para lá escolhido. O fato de eu reconhecer isso em nada me perturba.” Eram figuras espetaculares, com as quais eu tive a felicidade de conviver durante esses anos de Câmara. Foi para mim uma felicidade poder trabalhar com essa gente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra de algum projeto específico em que o senhor tenha trabalhado e que acabou resultando numa lei de destaque, ou polêmica?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Eu tentei fazer um projeto de técnica de consolidação das leis. Fiz, meu trabalho foi publicado num congresso de

biblioteconomia, mas eu não consegui vê-lo aprovado. O deputado Henrique Turner apresentou o projeto, mas a Comissão de Constituição e Justiça considerou-o inconstitucional, porque achava que deveria ser um projeto de lei complementar e não um projeto de lei simples, porque orientava a forma de fazer as leis. Modéstia à parte, foi um grande equívoco da comissão esse parecer contrário, pela seguinte razão: a Constituição diz que as leis são aprovadas com quórum de maioria simples, estando presente a maioria dos membros da Casa; no caso de leis complementares, a Constituição diz que cada um dos casos em que o quórum é diferente. Por quê? Porque o deputado não tem o direito, pela maioria simples, de aprovar essas leis. Então, é preciso que a Constituição diga quais são as leis que precisam de quórum qualificado para serem aprovadas. Como a matéria que eu propunha não se enquadrava nesses casos, fiz um projeto simples. Depois, o deputado Cunha Bueno, de São Paulo, reapresentou o projeto. Também não conseguiu aprová-lo. O senador Marco Maciel apresentou o mesmo projeto. Não sei porque nunca se conseguiu aprová-lo. Entendo que ele resolveria o problema da multiplicação das leis: fazem uma lei aqui, outra ali. Numa lei entram coisas que deveriam estar em outra. Para o juiz e para o advogado, isso é uma loucura.

Eu mesmo como advogado – vou confessar uma particularidade – numa causa, na Justiça do Trabalho, defendi a tese de que eram indevidas férias proporcionais. Aleguei ao juiz que a reclamante não tinha direito a férias proporcionais, mas o juiz disse que esse direito lhe era assegurado. O caso é que a matéria estava na Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Um desses “rabos” que se colocam no lugar errado. Por causa de casos como esse, eu fiz o tal projeto, para permitir que se inserisse, sem alteração na seqüência numérica, tudo o que de novo surgisse, sem prejuízo. Eu propunha uma forma diferente de numerar os dispositivos, sem a ordem seqüencial até o último dispositivo: seria de um a tanto, depois começaria uma nova numeração em cada divisão da lei – as leis seriam divididas por assunto, e cada assunto teria numeração própria. Isso facilitaria muito. Era meu objetivo, e foi o melhor projeto que fiz. Mas continua a balbúrdia até hoje, isso facilitado pela cláusula constante da ementa: “e determina outras providências”. Nessas “outras providências” é que está esse caudal que tanto atrapalha.

Uma vez um juiz, no interior, chegou a dizer: “Na forma da lei, de acordo com a lei; se não tiver, a lei que tiver.” De fato a coisa é maluca. Esse sistema atrapalha a prestação jurisdicional, porque o jurista perde um tempo enorme com pesquisas. Hoje, com a informatização, de fato ficou mais fácil, porque pelo assunto encontra-se o que se quiser. Antigamente era um transtorno

julgar ou mesmo legislar. Muitas vezes, por essa razão, os juízes erravam. Era lastimável. Infelizmente, não teve êxito a nossa proposta, que considero o mais importante dos trabalhos que eu fiz como assessor legislativo da Câmara dos Deputados.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pelegrini) – Eu queria voltar só um pouquinho. O senhor falou das galerias cheias no Rio de Janeiro. Como é que era o acesso do público? Era franqueado? Quem chegava entrava ou tinha de ter credencial?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Era franqueado, porque só a elite mais intelectual é que se interessava em ir lá. O povo em geral não tinha interesse, por isso não tinha muito problema. Mas, é claro, quando estavam cheias as galerias, ninguém mais entrava, para evitar tumulto. Elas não eram de grande extensão, eram pequenas. Mas era muito viva a participação. A platéia ficava muito próxima dos deputados, mas nunca vi ninguém jogar nada nos deputados nos anos que eu trabalhei lá. As manifestações eram feitas com um certo respeito.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor disse que antes da Constituinte os plenários eram vazios. Aconteceram algumas votações, como a do Projeto do Divórcio e algum outro, que chegou a lotar as galerias?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – A lotar, não. Lembro-me dessa ocasião, desse projeto de Nelson Carneiro, e sei que vieram pessoas interessadas de fora até do Rio para assistir. Mas nunca vi as galerias lotadas, a não ser nas sessões muito solenes, como as de posse de presidente. Aí havia mais gente. Agora, nas atividades legislativas normais, nunca vi as galerias lotadas.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pelegrini) – Mudando um pouco de assunto, desde o início não vi o senhor contando quais cargos que exerceu aqui na Casa. O senhor sempre assessorou deputados?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Eu comecei como datilógrafo – foi o primeiro concurso que fiz; depois, fiz o de oficial legislativo. Trabalhei na UDN, trabalhei no Orçamento e trabalhei na Arena onde comecei a trabalhar com Pedro Aleixo, com Rondon Pacheco – aquela turma da UDN toda. Depois, a pedido do senador Carvalho Pinto ao deputado Raimundo Padilha, que era o líder da UDN, fui assessorar o senador, mas sem me desligar da Câmara. Aí o senador achou aquela solução inconveniente de eu permanecer na Casa e assessorá-lo. Consegui, então, a minha liberação da Câmara e durante dois anos fui trabalhar como assessor, vinculado ao Gabinete Civil do Estado de São Paulo, passando a integrar a Assessoria da Bancada Paulista em Brasília.

Depois, voltei para a Câmara e trabalhei na Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados, onde fiquei por mais de quinze anos como assessor.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quais os grandes momentos desta Casa que o senhor destaca?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Primeiramente, o da elaboração da Constituição de 67, e, mais recentemente, da Constituição de 88, na qual trabalhei também nos bastidores. Lembro que nessa época o Fernando Henrique atuou muito. Naquela época, trabalhávamos com no Serpro [correção: Prodasen]. Todo o trabalho era feito junto ao Serpro [correção: Prodasen]. Passávamos lá madrugadas examinando as emendas – eram os dois: o senador Fernando Henrique e o deputado Nelson Jobim [o entrevistado acrescentou que a ajuda prestada pelos mesmos foi de fundamental importância para o trabalho do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização]. Foram momentos de empolgação, porque, de fato, estávamos saindo de um período de ditadura para um regime de democracia. Então, momentos como esse tiveram grande significação para esta Casa e para o país certamente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor mencionou aqui que na Constituição de 67. Havia algumas emendas com endereço certo?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Sim, na reforma dessa Constituição, em 1968.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E na Constituinte de 88 também havia esse tipo de emendas?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Podia até existir, mas eu recebia o trabalho já apresentado dentro da Casa [posteriormente o entrevistado explica que, como assessor, recebia as emendas prontas para parecer].

Porque lá [refere-se às emendas para serem incorporadas à Constituição de 1967], era o seguinte: as sugestões iam para o Palácio do Planalto [o entrevistado acrescenta: para efeito de possível incorporação à proposta a ser encaminhada pelo presidente da República ao Congresso]. E o presidente delegou ao Pedro Aleixo a tarefa de analisar e fazer uma escolha das sugestões que chegavam. Por isso tive conhecimento de todas elas. Ele ficava muito desgastado. Lembro-me que quando o impediram – e é um episódio histórico – de assumir a Presidência da República, o Governo de Minas lhe ofereceu apoio. Se ele tivesse ido a Belo Horizonte, ia receber apoio, caso não aceitasse aquela situação. Ele recusou, e eu perguntei-lhe o porquê. Ele me disse: “Maurílio, se eu aceitar essa proposta, vou ser o estopim de um processo revolucionário com morte de brasileiros, meus conterrâneos. Eu não vou querer isso, jamais. Aceito o meu destino, esse que estou tendo de

não poder assumir a Presidência, embora legitimamente eleito, na sucessão do presidente Costa e Silva.”

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Na sua atividade, na assessoria, além do apoio à redação das leis, também deve ter feito discursos...

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – É, fiz alguns, embora na assessoria houvesse assessores concursados para a área redacional. Mas, às vezes, o deputado pedia, e nós fazíamos. Mas a minha área era mais a de pareceres, formulação de projetos para os deputados e de propostas de emendas à Constituição. Era mais nessa área que eu trabalhava.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Nessa atividade, o senhor fez algum parecer com o qual não concordava para atender um deputado ou partido?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Bom, eu fazia, porque era o deputado que, no final, assinava, mas deixava minha opinião guardada como minha opinião, não é? Porque se um dia alguém viesse me cobrar, eu mostrava: está aqui, minha opinião é essa. Eu não assinava os pareceres; quem assinava era o deputado. Então ele assumiria.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Em nenhuma vez, por exemplo, o senhor torcia, gostaria de ver um desfecho diferente, ou auxiliou algum deputado para esse fim?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Às vezes a gente conversava com o deputado e conseguia demovê-lo de certas idéias. Isso aconteceu muito. Foram mais de quinze anos. Aconteceu muito de o deputado aceitar as nossas ponderações.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor não se lembra de nenhuma mais específica, mais grandiosa?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA - Não, porque a maioria dos projetos não tinha grande significação.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor participou de muitas atividades aqui dentro, não só de trabalho. O senhor seria capaz de lembrar quando começou, no antigo auditório Nereu Ramos, que era das Relações Exteriores, a apresentação de filmes, a *avant première*, aos deputados.

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Não, não lembro.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O senhor viu algum desses filmes?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Não cheguei a vê-los. Só depois, quando passou para a sala de exibição do Espaço Cultural. Aqui, não cheguei a assistir, porque estava muito envolvido com o trabalho. Não tinha tempo. Eram muitos os processos que chegavam e eu não gostava de acumular serviço, dedicava-me muito ao trabalho. Não deixava acumular nada.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O que afetava mais os funcionários da Câmara durante essa época que o senhor mencionou? O que atingiu o funcionário, de bom e de ruim?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Posso dizer que a Casa sempre tratou bem seus funcionários, especialmente em épocas passadas. Nunca tive nenhuma razão para desgostar da Administração da Casa. Sempre fui tratado bem. Eu não posso dizer nada de mal sobre a administração em relação a minha pessoa. Eu me aposentei em 90. Aí fui convidado para trabalhar com um colega que trabalhou junto comigo na Assessoria Legislativa. Ele passou num concurso para promotor e foi embora. Aí o deputado Waldir Pires disse para esse colega que precisava de um assessor. Ele lembrou de mim e o deputado me convidou para assessorá-lo na área de Corregedoria. Depois, ele saiu, veio o deputado Fernando Lyra, que me pediu que continuasse. Em seguida, veio o deputado Beto Mansur. Continuei, porque queriam alguém com experiência no trato dos assuntos da Corregedoria. Depois de Beto Mansur, vieram os deputados Severino Cavalcanti, Barbosa Neto e, agora, estou com o deputado Luiz Piauhyllino. São onze anos de Câmara, depois que me aposentei.

Por isso eu digo: hoje sou aquele que serve à Câmara há mais tempo. Comecei em 57. São 46 anos – fiz agora em fevereiro – de trabalho dedicado a esta Casa.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pelegrini) – O senhor viveu momentos políticos marcantes aqui no Congresso e mesmo fora, como o caso Rio Centro, cassação de Márcio Moreira Alves, demissão de Sílvio Frota e vários outros.

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Foram momentos conturbados.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pelegrini) – Como o senhor viu esses fatos? Como os funcionários da Casa conviveram com esses acontecimentos? O que mais marcou o senhor nesses períodos? O que mais lhe chamou a atenção? Foi a Lei do Divórcio? A transição de períodos ruins para períodos bons?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Esses períodos tumultuados nos marcaram muito. Ficávamos inseguros quando aconteciam episódios como esses, mas ao mesmo tempo tínhamos uma certa segurança de trabalhar na Câmara onde nunca houve muitos temores. Felizmente, ou infelizmente, nesse

período da revolução, quando trabalhei com Pedro Aleixo, que participava desse movimento, porque era contra a esquerda e o comunismo, só me senti intranquilo quando o impediram de assumir a Vice-Presidência, e quando tinha sempre um carro – não sei de quem – me seguindo – onde quer que eu fosse, ele me seguia. Vai ver que tinham medo de que eu fosse um intermediário de algum movimento do deputado Pedro Aleixo. Naqueles dias, havia sempre um carro atrás de mim. Nesse período eu fiquei preocupado. (risos)

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – No início de Brasília, quando o senhor chegou aqui, não havia muita coisa para fazer e, uma das preocupações da Câmara foi logo construir a sede de um clube – o Clube do Congresso –, onde os funcionários da Câmara, e também os deputados, passavam boa parte do tempo se confraternizando.

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Era para onde eu ia.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – O que acontecia lá? Parte do trabalho daqui era levado para lá? Isso ajudou em alguma coisa. Havia mesmo esse conagraçamento, essa integração entre deputados e servidores?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Eu não senti. Havia, sim, certa separação; pode ser até que hoje haja mais contato, porque parece que a Câmara ficou mais popularizada. Havia uma separação nítida entre os associados deputados e os associados funcionários da Câmara dos Deputados. Na verdade, todos iam para lá, porque não havia outro lugar para ir. Eu freqüentava o clube assiduamente, porque gostava muito de futebol – sábado e domingo eu estava lá jogando bola e me habituei tanto, que até hoje ainda jogo. (risos) Hoje mesmo eu já joguei.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor contou uma história engraçada de deputados, a do deputado da Paraíba falando ao telefone. O senhor se lembra de algum caso pitoresco de funcionários? Algum funcionário marcante, que todo mundo conhecia, que era referência?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Funcionário referência para mim sempre foi a D. Nayde. Quando fiz o concurso, todo mundo dizia que era carta marcada. Diziam que eu estava perdendo tempo. Não conhecia ninguém, não conhecia político. Então, quando passei no concurso vi que era tudo balela. Aqui havia seriedade. Passei no concurso, não conhecia ninguém e entrei. Daí para frente aconteceu a mesma coisa em todos os concursos. A D. Nayde era de um rigor extremo na realização dos concursos.

Eu até me senti com coragem de convidar um cunhado, da Marinha Mercante, que já estava cansado de viver viajando para o exterior. Aí falei

com ele para fazer o próximo concurso da Câmara. Ele fez e passou. A irmã dele também passou. Mais tarde, a minha mulher, que era professora, também fez. Quer dizer, a minha família toda entrou por concurso na Câmara dos Deputados. Depois, veio a minha filha mais velha, hoje é consultora legislativa; a mais nova, fez concurso para analista legislativo e está aqui. Apenas uma não fez concurso, porque é procuradora da República em São Paulo.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA - O senhor se referiu a esse tempo áureo do Governo Costa e Silva. Como o senhor analisa aquela vivência do Nestor Jost, ex-deputado, com o Delfim Netto, que pontificava também como ministro da Fazenda? De vez em quando, o Nestor fazia grandes churrascos na Granja do Torto e às vezes alguns funcionários eram convidados. O senhor nunca foi convidado?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA - Nunca fui convidado. Aliás, com quem eu trabalhava não tinha muita ligação: nem com o Nestor, nem com o Delfim.

Outro episódio engraçado: havia aqui um deputado de São Paulo, chamado Carvalho Sobrinho. Ele era o repentista da Casa. O filho do ex-deputado Affonso Arinos foi eleito deputado federal pela UDN. Lacerda ficou muito chateado, porque recebeu um número de votos estrondoso e carregou muita gente com ele, entre os quais o filho de Affonso Arinos, que depois deixou o UDN e foi parar no PDC. Quando o filho de Affonso Arinos inaugurou a tribuna, o pai foi ao plenário para ouvi-lo, pela primeira vez. O Carvalho Sobrinho vendo o pai embevecido, fez uma quadrinha: “enquanto o bezerro mugia, a vaca balia” — alguma coisa assim — “e agora vemos aqui: enquanto o bezerro falava, a vaca sorria, parecia um bezerro lambendo a cria”. Ele era muito engraçado. Tinha versos irônicos para todo mundo. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Afora essas perguntas que estamos fazendo, o senhor tem algum assunto que merece ser destacado e que ainda não foi abordado?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – A Câmara teve esses momentos, de altos e baixos, mas agora não tenho nada muito significativo para registrar. (pausa) É claro que aconteceu muita coisa, mas com o passar do tempo elas vão se perdendo. Foram muitos anos e muitas informações. Nossa memória vai esmaecendo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A intenção do nosso projeto é tentar recuperar essa memória. O senhor tem uma ligação profunda com o Poder Legislativo. Trabalhando há onze anos, depois de aposentado, tem uma ligação muito forte.

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – É verdade.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esse projeto está vinculado aos 180 anos do Poder Legislativo no Brasil. Como o senhor vê o Legislativo ao longo da história?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – O Legislativo está passando por um processo de modificação, e eu diria até de sentimento. O povo está se aproximando mais da sua Casa Legislativa. É um bom caminho, mas infelizmente, e volto a repetir, vota-se por motivos errados e em decorrência de razões erradas. Infelizmente, o estado de pobreza de grande parte da população leva a isso. Muitos políticos se aproveitam dessa circunstância para se elegerem, não com motivos nobres, da política no seu mais alto sentido, mas se servindo dela para fins escusos. Muitos vinham para cá até para se livrarem de processos. Agora isso mudou, com a última emenda constitucional não procurarão assumir mandato para se livrarem de punições criminais, porque a Constituição finalmente adotou um sistema que evita esse tipo de artifício, como o utilizado, entre tantos outros, por “Hildebrando Pasqual”. Vou lembrar um episódio: eu estava na Corregedoria – Severino era o Corregedor – quando o Hildebrando foi depor. Aquele homem que serrou gente viva, teve a coragem de dizer: “Mas, deputado, não fiz nada disso”. E chorou, e eu digo que eram lágrimas de crocodilo. Disse que estava sendo perseguido. Que capacidade de representar! Nunca tinha visto um negócio desse. Chorou porque estava sendo processado. Será que chorou quando mandou serrar as pessoas? Não deve ter chorado.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Já que o senhor citou esse caso, queria saber se teve algum contato com os depoimentos dos anões do Orçamento?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Não, porque isso aconteceu antes de eu entrar na Corregedoria. Mas sobrou para a gente alguns casos de deputados que não tiveram quebrados – com todo o poder que tem uma CPI – os sigilos telefônico, bancário e fiscal, de chamar debaixo de vara, os que deveriam depor. Tiveram a coragem de mandar para o corregedor para ver se apurava alguns poucos casos. Foi o Fernando Lyra que recebeu esses processos. Ficamos de mãos atadas. O máximo que conseguimos foi mandar os processos para o Ministério Público para continuar a perseguição daqueles outros anões que não chegaram a ser apanhados. Infelizmente, não tivemos condições de apurar todos aqueles fatos danosos ao erário.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Esse *jus persecutio* a que o senhor se refere, e que poucas vezes vimos aqui chegar até o fim, esse *iter criminis* de

que o povo participou – e falamos aqui como povo – sem ter acesso a muitas coisas, me fez lembrar, quando o senhor se referiu a sua vida jurídica, do nosso saudoso Coqueijo Costa.

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Ele tinha coragem. No Tribunal ficava sozinho muitas vezes.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – O senhor que teve uma vivência de temor, quando desse regime de exceção que todos conhecemos. Entre o temor daquela época e o respeito que a Câmara realmente está querendo conseguir agora com essas medidas nem sempre muito claras, como o senhor analisa, com a sua vivência de assessoramento, a situação? Melhorou ou piorou?

O SR. MAURÍLIO PENNA GROBA – Infelizmente continuam passando a mão na cabeça das pessoas. Eu cito isso na Corregedoria: ainda há alguns casos que estão todos parados. A Corregedoria não conseguiu dar-lhes andamento.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Queremos agradecer ao senhor a presença e participação no projeto.